ADOECIMENTO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: breves considerações

Daniel Bossan G. Xavier[1]

RESUMO: O trabalho busca pautar as imbricações entre os processos de trabalho no capitalismo e adoecimento dos docentes em tempos de pandemia. Traz em seu escopo as contradições entre o padrão de acumulação capitalista, mundializado e financeirizado na cena contemporânea, e o mundo do trabalho com os adoecimentos provocados e agudizados em tempos pandêmicos pelo coronavírus. Como aporte teórico-metodológico apresenta a opção pela teoria marxista e o método dialético, o que possibilita a análise do objeto de estudo na perspectiva da totalidade social, apreendendo os nexos causais entre intensificações do trabalho e o adoecimento dos referidos docentes. Busca demonstrar o quanto a pandemia provocou novas formas de trabalho para os docentes que são tão ou mais adoecedora quanto as anteriores e que tais formas de trabalho servem de laboratórios de ainda mais extração de mais valor dos trabalhadores docentes para o capital.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; adoecimento; coronavírus.

ABSTRACT: The work seeks to guide the overlaps between the work processes in capitalism and the illness of teachers in times of pandemic. It brings in its scope the contradictions between the pattern of capitalist accumulation, globalized and financialized in the contemporary scene, and the world of work with the illnesses caused and exacerbated in pandemic times by the coronavirus. As a theoretical-methodological contribution, it presents the option for Marxist theory and the dialectical method, which enables the analysis of the object of study from the perspective of the social totality, apprehending the causal links between intensification of work and the illness of these teachers. It seeks to demonstrate how the pandemic has provoked new forms of work for teachers that are as or more sickening as the previous ones, and that such forms of work serve as laboratories for even more extraction of more value from teaching workers for capital.

KEYWORDS: Capitalism; illness; coronavirus.

[1] Assistente Social. Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR/UFF/Niterói). E-mail: danielbossan@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Mais um dia de trabalho na CPST /PR4/UFRJ (Coordenação de Políticas em Saúde do Trabalhador da Universidade Federal do Rio de Janeiro). A sala de espera do setor de perícias encontra-se cheia em um momento pandêmico devido a COVID-19. Um número acentuado de servidores aguarda para atendimento médico. Desejam fruir licenças para cuidar então de sua saúde física e/ou mental ou de seus familiares adoecidos. Poucos dos que ali se encontram são docentes. Ainda que considerando a proporção do quadro institucional entre trabalhadores técnicos administrativos e professores, fica evidente que estes últimos recorrerem às licenças para tratamento de saúde apenas em último caso[2].

Existe uma frase reiterada diversas vezes pelos profissionais da Coordenação de Políticas em Saúde do Trabalhador na qual se diz que infelizmente "professores não tiram licenças, professores morrem", isto porque a maioria opta por encontrar uma maneira de não licenciar quando ficam doentes ou precisando cuidar de seus familiares adoecidos. Alguns conseguem arranjos informais em seus departamentos para que não precisem se afastar do trabalho através das licenças garantidas por lei, e fazem isto porque essas licenças prejudicam suas propostas de ensino, pesquisa e extensão, ou por vezes quando não conseguem fazer trocas, continuam trabalhando, ainda que adoecidos, pondo em risco a própria saúde.

Estas atitudes se relacionam com o paradigma gerencialista que adentrou nas universidades nas últimas cinco décadas, a partir do regime ditatorial empresarial-militar em 1968 com os acordos MEC-USAID[3], sendo embalados pela lógica produtivista do capital que numa perspectiva de maximização do tempo, metas,

[2] Dados constatados na pesquisa realizada no ano 2015 pelo curso de especialização em Serviço Social e Saúde da Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujo título foi "Os sentidos do Cuidado: Uma análise sobre políticas sociais, gênero e a saúde do trabalhador na Universidade Federal do Rio de Janeiro".

[3] Os Acordos MEC-USAID foram implementados no Brasil com a lei 5.540/68. Estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) para reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA, durante a ditadura militar. Conformou pactuação entre frações da classe dominante nacional, através da ditadura empresarial militar, e a política imperialistas norte americana.

prazos, aceleração e fragmentação do ensino, onde, sobretudo a partir da década de 1990, com sucessivas contrarreformas previdenciárias e a trabalhista, intensificaram-se ainda mais o desgaste do trabalhador, causando ampliação do sofrimento e adoecimento.

E o que tem a lógica capitalista a ver com o momento pandêmico? É o que se pretende analisar. Desvendar isto a partir do empírico, para além da aparência e do imediato, portanto, buscando relacionar os eixos estruturantes do capital e sua dimensão contraditória com trabalho humano na sociedade de mercado, suas imbricações com a formação social brasileira e com a educação superior até a conjuntura atual. Assim, compreender se, e como, este momento pandêmico pode ser capaz de produzir ainda mais adoecimento para os docentes devido às questões econômicas advindas da crise estrutural do capital que impactam frontalmente a educação pública e seus trabalhadores, agudizadas pelas questões sanitárias relacionadas ao coronavírus.

O período em que nos encontramos é extremamente adverso para a classe trabalhadora. Temos o neofascismo no poder. Em 2018 foi eleito um presidente de extrema direita reacionária, com apoio do fundamentalismo religioso, que prega o irracionalismo e dissemina notícias falsas, mostrando a sua posição negacionista da ciência abertamente desde o início da pandemia no Brasil em fevereiro de 2020. A inação do governo federal no combate a pandemia do coronavírus vem promovendo um verdadeiro genocídio. Enquanto diversos países pelo mundo preconizam o afastamento social, o uso de máscara e do álcool em gel, o presidente da República do Brasil incentiva o uso de medicações sem comprovada eficácia pela ciência, dissemina *fake news*, promove aglomerações, estimula a abertura do comércio, o boicote à quarentena e ofende os brasileiros com suas declarações insensatas. Trata-se de um presidente que sempre flertou com o fascismo, investe contra a democracia e arroga-se do direito de dizer tolices misturadas com autoritarismo, estimulando os diversos tipos de preconceitos e intolerâncias contra as diversidades socioculturais (mulheres, negros, indígenas, homoafetivos), religiosas e políticas. Despreza desde o início os impactos da pandemia na vida de milhares de pessoas.

O resultado disso é que são mais de 560 mil brasileiros mortos pelo vírus. Para além das questões sanitárias, temos a face cruel de um país de condição periférica e dependente que neste momento de crise do capital promove sucessivas contrarreformas que atingem o fundo público, impactando nas condições de trabalho e gerando o quantitativo expressivo de 14,8 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados[4], que são aqueles que desistiram de procurar emprego e não tem nem ao menos condições de estarem no mercado informal. O que gera ainda mais revolta é ver trabalhadores e trabalhadoras em "filas de ossos de boi" a serem doados por um "açougue solidário" na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, onde o agronegócio tem um imenso número de bovinos por metro quadrado na América Latina, exportando carne para diversas partes do mundo enquanto a população passa fome por não ter as mínimas condições de pôr o arroz com feijão no prato. Soma-se a tanto descaso governamental as denúncias de corrupção que rondam o Palácio do Planalto com superfaturamento na compra das vacinas em detrimento de milhares de vidas humanas.

Desta forma, pretendemos discorrer acerca das implicações políticas, econômicas e sociais do cenário pandêmico na educação superior pública e seus rebatimentos na saúde dos docentes. Assim, o presente trabalho divide-se em dois pontos: no primeiro momento traremos elementos conjunturais que atravessam a educação superior na pandemia do coronavírus, e, posteriormente, abordaremos acerca da configuração do trabalho remoto e o processo de adoecimento dos docentes da educação pública superior.

1.EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA

A conformação capitalista dependente do Brasil permite analisar como estamos situados no cenário econômico-político da divisão internacional do trabalho e a partir de um padrão compósito de hegemonia burguesa, compreender seu caráter ultraconservador e de inserção subordinada aos interesses imperialistas do capital.

[4] Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na última pesquisa PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio) em 30/07/2021.

Assim, conforme Florestan Fernandes nos esclarece, o capitalismo no país se integra de forma subordinada aos ditames econômicos e políticos dos países capitalistas centrais, entretanto, esta não é dada de maneira impositiva, vinda de fora forçada, mas é muito bem articulada aos interesses da própria burguesia brasileira ultraconservadora, e que deseja a manutenção de seus privilégios por via de dominação ideológica e exploração econômica.

> O desenvolvimento por associação dependente, em sua face histórica ou atual, mantém a primazia do mercado, combinada com a intervenção reguladora do Estado, sob a orientação dos países imperialistas e a condução interna da burguesia brasileira. Este processo evidencia que, de fato, os países imperialistas investem no desenvolvimento do capitalismo nos países capitalistas dependentes, desde que eles cresçam nos marcos do padrão dual de expropriação do excedente econômico, isto é, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida, tanto pela burguesia brasileira, como pela burguesia internacional, duas faces de um mesmo projeto burguês de sociabilidade (LIMA, 2017, p.94).

Em se tratando da perspectiva educacional temos a formação da força de trabalho nas universidades, consoante com os valores da burguesia nacional, que em seu caráter dependente nem ao menos permite que a educação superior no Brasil tenha autonomia na formação de um capitalismo mais autônomo, de maneira que não causa estranheza. Na conjuntura atual, o Ministro da educação, o Pastor Milton Ribeiro, afirmou durante entrevista no programa de TV “Roda Viva”, ocorrido no dia 09 de agosto, que “os reitores das Universidades Federais não podem ser esquerdistas”, “que a universidade deveria ser para poucos” e que “a educação técnica será a grande vedete do futuro”. Tal discurso, vai de encontro com o caráter historicamente elitizado do ensino superior brasileiro que divide a formação e elaboração do conhecimento de maneira classista.

Por um lado, temos uma perspectiva reduzida e simplificada de educação formativa e aligeirada, destituída de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, configurada aos moldes do capital para a formação de uma força de trabalho sem complexidade, com modesta escolarização, mas a serviço e nas condições de dependência suficientes e necessárias ao desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Em linhas gerais, trata-se do acesso ao ensino de nível superior por via das universidades privadas onde a educação é servida como mercadoria, apresentada muitas das vezes, na modalidade de Ensino a Distância

(EaD) como estratégia de mercado para o ensino superior no Brasil, e garantida através de subsídios ao setor privado, seja através de fundos públicos como o Fies, seja através de isenções fiscais e tributárias dadas pelos governos.

Destacamos que na atualidade os grandes conglomerados empresariais, com ações e títulos em bolsas de valores, são totalmente engendrados a economia internacional através de operações financeiras especulativas que contam com investimentos externos diretos (IED's) fundamentais no processo de mundialização do capital. (CHESNAIS, 1996).

Por outro lado, temos a universidade pública, e ainda que a educação superior não seja um direito social garantido a todos, estas instituições operam uma formação mais complexa e articulada com o tripé educacional – ensino, pesquisa e extensão. Cabe aqui sinalizar que os processos de privatização da Educação Superior não começam nos governos recentes ou a partir do neoliberalismo no Brasil. A educação pública superior vem sofrendo reformas constantes e já com caráter privatista desde a década de 60, durante o governo burguês militar com o aprofundamento de forma mais incisiva o conhecimento às condições do capitalismo dependente.

O contexto pandêmico apresenta desafios particulares para o ensino superior público, principalmente pelos cortes nos gastos públicos aprofundados com as Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos com serviços sociais essenciais, como a educação, por vinte anos e a 103/2019 que atingiu em cheio o direito dos trabalhadores em relação a previdência. Essa realidade a partir de março de 2020 aprofunda-se com o isolamento social e a implantação do ensino remoto emergencial (ERE), sendo realizado no bojo das determinações neoliberais. De acordo com Farage, Costa e Silva (2021), atrocidades e ataques aos direitos trabalhistas estão ocorrendo nas Instituições de Ensino Superior federais e estaduais:

> i) o rompimento do contrato de docentes substitutos; ii) a não renovação do contrato de docentes substitutos que em meio a pandemia não tinham como buscar emprego; iii) a suspensão do auxílio-transporte dos docentes; iv) a suspensão de adicionais salariais; v) a interrupção de bolsas de qualificação tão logo findado o prazo do projeto, sem nenhuma relação com a conclusão ou não do trabalho e vi) a responsabilização dos docentes pela estrutura domiciliar para a realização do trabalho remoto (internet, computadores, mesa, cadeiras, energia, entre outros). (FARAGE; COSTA; SILVA, 2021, p. 235-236)

Nesse sentido, a reflexão do professor Francisco de Oliveira no prefácio do livro "Trabalho Intensificado nas Federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico", aponta que a ciência e a técnica tornaram-se forças produtivas, garantindo a centralidade do trabalho intelectual na universidade na cena contemporânea e transformando a prática universitária pelo produtivismo acadêmico. Nesse sentido, essa é "a forma em que se dá a privatização das universidades públicas (...) e quando tais interesses prevalecem colhe-se stress, alucinações, ritalina para aguentar o tranco, jornadas estafantes de trabalho, introdução de uma competição implacável entre os docentes, e funcionários desgastados". (OLIVEIRA, 2009, p. 14)

Importa sinalizar que a crise sanitária não é a principal responsável pelo aumento expressivo do desemprego que paira no Brasil, conforme quer fazer crer setores da mídia e do governo, antes disso, segundo analisa Antunes (2011, p.18), o sistema do capital, "expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, (...) assume cada vez mais a forma de crise endêmica, como um *depressed continuum,* como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com perspectiva de uma crise estrutural cada vez mais profunda", ao contrário da sua conformação anterior, cíclica que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de tempestade. O capitalismo promove o desemprego, a desumanização, a destruição global da humanidade e também doenças ecossistêmicas, pois é um sistema em si e por si destrutivo.

2.TRABALHO REMOTO E ADOECIMENTO DOCENTE

A crise pela qual vem passando a educação em nosso país não se inaugura com a pandemia do coronavírus, ou com as transformações recentes nos processos de trabalho dos docentes. A crise na educação pública, e que causa adoecimento e sofrimento para os docentes da educação pública superior, está engendrada num processo histórico de disputa de projeto educacional capitaneado por organismos internacionais como o Banco Mundial, a UNESCO, a Organização Mundial do Comercio (OMC), entre outros, com a colaboração da burguesia nacional dependente e do Estado brasileiro, em nome do capital, de forma que a reconfiguração do trabalho

docente está vinculada as novas formas do capital tentar garantir sua produção e reprodução ainda que num processo de crise estrutural que impossibilita a recuperação de suas taxas de lucro.

A ênfase na produtividade dos docentes, a mercantilização e o aligeiramento do ensino, quando unidos a formação para o trabalho demandada pelo mercado de acordo com os predicados do capitalismo, trazem impactos na reconfiguração do trabalho dos docentes e na saúde destes trabalhadores.

Junto com a restruturação produtiva, tem ocorrido a restruturação do ensino superior e da universidade pública sendo impactada pelo viés do mercado. Desde a década de 1990 se aprofunda no país um conjunto de contrarreformas que afetam diretamente os serviços públicos, as políticas e a carreira dos docentes. As inúmeras contrarreformas da previdência (sendo a última através da EC 103/2019), as reformas trabalhistas (sendo a última referente à lei 13.429/2017[5]), além da desestruturação da carreira docente nas universidades federais com a lei 12.772/2012 (alterada em alguns pontos pela lei 12.863/2013) que apresentou um caráter gerencial produtivista fragmentando os níveis da docência a partir de tempo, produção e avaliações externas no plano de carreiras e cargos do magistério federal.

Com a desregulamentação e a privatização dos grandes serviços públicos, sobretudo a partir da década de 1990, tivemos a abertura de um largo campo de expansão com investimentos externos diretos (IED) na área de serviços, onde segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC) a educação superior está compreendida. O uso de tecnologias de informação com expansão das multimídias, programas de gerenciamento de redes computacionais, de comunicação, de gestão e coletas de dados, foram mais frequentemente oferecidos e adaptados para setores da indústria e serviços por grandes corporações internacionais.

O mercado da educação privada no Brasil já a partir do início dos anos 2000 se estabelecia com grande aporte de fundos de capitais nacional e internacionais ao

[5] Dentre vários retrocessos, estabelece a possibilidade de terceirizações dentro das atividades fins das empresas e instituições públicas e privadas.

ponto de ações de diversas empresas de educação serem negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Empresas como a SER Educacional, Anima, Kroton Educacional (atualmente Cogna Educação) dentre outras, se utilizam do capital financeiro internacional para especulação financeira e investimentos em tecnologia e expansão empresarial. O Ensino a Distância (EaD), com um único docente disseminando conhecimento para centenas de alunos por via de empresas que oferecem o capitalismo de plataforma, consegue fazer diminuir o custo do trabalho para as empresas alcançarem o maior número de alunos pagando mensalidade, na busca incessante do retorno financeiro para os acionistas.

> Do ponto de vista estritamente econômico, a EaD é muito mais vantajosa para os empresários da educação. São custos reduzidos em relação ao pagamento de pessoal (tanto docentes quanto profissionais administrativos e outros), além das demandas por infraestrutura de salas, recursos didáticos e tecnológicos e despesas com energia elétrica, internet etc. A responsabilidade pelo provimento de grande parte desses insumos competirá ao professor. (MARTILIS; MENDES; MENEZES. 2021. p. 52)

Este modelo foi preconizado nos documentos do Banco Mundial e de outros organismos internacionais para o ensino público superior. Recomendavam o ensino a distância (EaD) através de plataformas de ensino digitais em detrimento do ensino presencial. Nesse sentido, o modelo de educação a distância (EaD) vem sendo combatido por entidades representativas de defesa da educação pública há anos, pois empobrece a relação direta entre professor e aluno e destitui o caráter pedagógicos das metodologias que tentam se aproximar da formação integral do homem, o que só é possível presencialmente.

Durante a pandemia o ensino a distância tomou um vulto diferenciado. Em larga escala passou a ser utilizado e recomendado como forma de segurança para evitar o contágio com o coronavírus. Através das portarias 343 e 345 de 2020, o MEC dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus. Ocorreu o estabelecimento do “Ensino Remoto Emergencial” a fim de proporcionar a aprendizagem possível devido a impossibilidade dos professores e alunos estarem no mesmo espaço físico.

A educação a distância e o ensino remoto emergencial não são a mesma coisa. A EaD é descaracterizada de momento de sincronicidade entre professor-aluno; já o ensino remoto diz respeito às atividades de ensino mediadas por tecnologias, mas surge na tentativa impossível de ser orientado pelos princípios da educação presencial. Trata-se de modalidades distintas, mas com características em comum e ambas vinculam o processo de ensino-aprendizagem ao lugar virtual, a máquina, através de celulares, tablets, computadores, descaracterizando a troca, os aspectos relacionais e dialógicos que existem no sentimento de presença entre aluno e professor.

Adotado rapidamente pelo capital educacional, o ensino remoto emergiu como solução mágica para flexibilizar currículos, aligeirar cursos, precarizar ainda mais a qualidade do ensino e seguir o calendário a despeito da tragédia vivenciada pela humanidade e sob uma pretensa aparência de normalidade, utilizando-se da justificativa perfeita, uma vez que inquestionável, de cuidado à saúde. (MARTILIS; MENDES; MENEZES. 2021. p. 55)

A questão é que nem todos têm a possibilidade do isolamento social. Muitos são trabalhadores e tem a necessidade de vender a força de trabalho em plena pandemia, de diversas formas. A pandemia acomete risco, de forma impetuosa, aos alunos trabalhadores classes mais vulneráveis. Muitas vezes estes estão desempregados, reportando o auxílio necessário a familiares próximos. Muitos também não possuem acesso as tecnologias e condições que lhes permitam um bom acompanhamento das aulas como computadores e espaços de estudo apropriados e com o mínimo conforto.

Por outro lado, muitos docentes do ensino superior não foram capacitados para lidar com as tecnologias remotas que permitem as atividades do ensino ainda que de maneira precária. A imposição da necessidade de conhecimentos tecnológicos impacta diretamente o processo de ensino aprendizado e este processo se manifesta de maneira muito diferenciada para cada docente e para cada aluno.

Importa pensar nas condições cotidianas destes docentes que de repente tiveram que dar conta de responder as demandas que lhes foram colocadas. Muitos em suas residências, longe do espaço formal de trabalho, acumulam uma série de tarefas que não teriam se estivessem em sala de aula com os alunos. Em casa, soma a necessidade de cuidar de crianças em idade escolar, de idosos, e em determinadas circunstancias de familiares com morbidades. Acumulam-se as atividades domésticas, sobretudo para as mulheres.

Um estudo desenvolvido pelo grupo "*Parent in Science" em 2020,* composto por pesquisadores da UFRGS e de outras universidades, investigou como os fatores "gênero" e "raça" impactam na produção de cientistas brasileiros durante a pandemia de covid-19. As mulheres pesquisadoras negras com filhos foram as que mais sofreram impactos em suas produções e pesquisa. Já os homens brancos não foram tão impactados.

Segundo Soldatelli (2020), à carga de trabalho soma-se o fato de que agora as famílias possuem acesso ao *WhatsApp*, e-mail, número de telefone e tudo mais dos professores, permanecendo em qualquer horário pedindo explicações, tirando dúvidas, pedindo orientação, etc. Os professores trabalhando em casa, na grande maioria, trabalham o tempo todo. A jornada ampliou demasiadamente. Presencialmente explica-se, orienta-se, tira-se dúvidas, avalia-se de forma coletiva. Agora isso é feito na maioria dos casos de forma individualizada, ocasionando com que os professores estejam o tempo todo à disposição. Esta sobrecarga de trabalho poderá potencializar os terríveis processos de adoecimento dos professores.

> Para quem olha de fora, talvez não percebam, mas os professores sofrem quando o resultado do seu trabalho não é adequado, não é próximo daquilo que colocou como objetivo, quando não atinge a todos, enfim, quando o resultado do trabalho causa frustração. E este sofrimento e frustração podem representar geradores também de adoecimento (SOLDATELLI, 2020).

A pesquisa intitulada "Educação, docência e a Covid-19", elaborada por pesquisadores da Universidade do Estado de São Paulo (USP), aponta que no cenário pandêmico, os sentimentos de medo, tristeza, insegurança, ansiedade, angústia e

incerteza, são os principais sentimentos associados à pandemia na rotina dos docentes, o que representa 48,1% das respostas. Eles também sinalizam que sobre fazer profissional, há a predominância da insegurança com relação à atuação nesse novo modelo para 51% dos docentes e que 85% dos respondentes tem a percepção de que os estudantes aprendem menos ou muito menos via educação mediada por tecnologia.

Já a pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF) sobre as "Condições de estudo e de trabalho de discentes e docentes da UFF em Ensino Remoto Emergencial (ERE)", apontou que em relação as responsabilidades cotidianas dos docentes questionados, 34,7 % tinham em casa crianças em fase escolar, 29,4% tinha idosos e 11,8 eram responsáveis por pessoas com doenças crônicas, o que evidencia o sobretrabalho, sendo este mais um fator de desgaste para o docente. As principais sensações e sentimentos sinalizados pelos docentes na pesquisa foram insônia (49%), tristeza (46,9%), ansiedade (44,3%), irritabilidade (44,9%), angustia (42%), agitação (34,3%) e desamparo (22,4%).

A flexibilização das relações trabalhistas, a sobrecarga de trabalho com a necessidade e cobrança de produzir mais, a escassez de financiamento público para a educação, excesso de controle institucional, já são motivos suficientes para sofrimentos e adoecimentos dos docentes, normalmente ligado ao estresse laboral que impactam diretamente a saúde física e mental. Com a pandemia é possível que tenhamos um número ainda mais expressivo e grave de adoecimentos, sobretudo os relacionados a saúde mental dos docentes.

Elucidando sobre flexibilização como base para o adoecimento e laços solidários rompidos pela individuação e solidão no local de trabalho, Antunes (2018, p. 143) sinaliza que "a origem desses processos de adoecimento tem também como pano de fundo, entre outros, o crescente processo de individuação do trabalho e a ruptura do tecido de solidariedade antes presente entre os trabalhadores". Nesse sentido, é por meio da ruptura "dos laços de solidariedade e, por conseguinte, da capacidade do adoecimento das estratégias coletivas de defesa entre os trabalhadores que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento

psíquico" (*idem*), o que se relaciona diretamente com os processos de trabalho instituídos via TIC´s para a realização do ensino online.

Nesse cenário, o professor é um mero gestor da crise e da barbárie. Sem protocolos gerais de atuação, posto que vivemos um contexto inédito, com restrições inimagináveis até pouco tempo e sob um governo omisso e genocida, as instituições propõem as suas próprias metodologias e transferem para os professores uma ilusória autonomia de desenvolver o seu trabalho (CATINI, 2019).

> O desenvolvimento de tecnologias para a mediação educacional; a aparente não exposição com a ida e vinda diária ao trabalho e estudo; a falsa possibilidade de controle do seu tempo laboral; a aparente maior autonomia no trabalho e a possibilidade do hibridismo educacional, são explorados ideologicamente com o objetivo de promover uma verdadeira metamorfose no sistema educacional, colocando-o ainda mais a serviço do capital. (FARAGE; COSTA; SILVA, 2021, p.252).

As reflexões que podem ser tiradas desta conjuntura são várias e através de pesquisas que precisarão ser feitas continuadamente saberemos os impactos desta pandemia na saúde dos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa conjuntura tão adversa quanto esta, para dirimir o sofrimento que a pandemia e as contradições do capital impõem, não existe remédio milagroso, até porque tudo está atrelado a dinâmica do capital e dos processos de trabalho adoecedores. Apesar das dificuldades é necessário pensar as melhores possibilidades de oferecer um ensino reflexivo sobre este momento, um ensino que possa ser o mais empático e acolhedor na medida do possível.

Estamos no meio de um balão de ensaio, um período de testes que serve de grande laboratório para o mercado educacional que se utiliza deste momento para elaborar novas ferramentas de tecnologias de informação e coleta de dados. São muitos os interesses econômicos do setor privado da educação a distância e remota. A luta maior é para que o que se faz provisório durante a pandemia não se torne uma permanente ferramenta de precarização e mercantilização do ensino com rebatimento

na vida dos trabalhadores da educação em benefício da ampliação dos lucros dos oligopólios educacionais do capital.

Apesar do momento ímpar de vários limites com a dificuldade de organização da classe trabalhadora na luta contra o capital, e contra este governo que dilacera direitos, cabe refletir novas forma do uso das ferramentas que é possível ter em mãos. Que este momento apreensivo que fragmenta ainda mais a classe, seja ao menos propício as discussões sobre estratégias de militância e de humanidade, ainda que com as limitações que a tecnologia impõe. Que o compromisso seja com uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Uma educação que forme essencialmente e integralmente o humano. Uma educação para além do capital (MÉSZÁROS, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, R. ***O* Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Apresentação. MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Institui o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Disponível em: http://portalfies.mec.gov.br Acesso: 15 de agosto de 2021.

COSTA, A. J. S.; FARAGE, E.; LIMA, K.; MARTINS, L. P. L.; SILVA, L. B.; SOUSA, A. A. Boletim de Pesquisa 1. **Condições de Estudo e de Trabalho de discentes e de docentes da UFF em Ensino Remoto Emergencial (ERE).** Versão 1, dezembro de 2020.

CATINI, C. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CÁSSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FARAGE, E. F.; COSTA, A. J. S.; SILVA, L. B., A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: A agudização do projeto do capital através do ensino remoto emergencial. **In Germinal. Marxismo e educação em debate. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil**. vol. 13, n.1, 2021.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRANDISOLI, E.; JACOBI, P. R.; MARCHINI, S. **Educação, Docência e a Covid-19**. Universidade de São Paulo (USP), 2020. Disponível em: http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetosinstitucionais/usp-cidades-globais/pesquisa-educacao-docencia-e-a-covid-19. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

LIMA, K. Brasil em tempos de contrarrevolução. **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, Ano XXVII, nº 59, 2017.

MARTILIS, L.F.S; MENDES, V. P. S; MENEZES, K. M. G. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. ANDES-SN (2021), **Revista Universidade e Sociedade**, ano XXXI, no 67, Brasília, janeiro de 2021- p. 50-61.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, F. Prefácio. In: SGUISSARDI, V.; JUNIOR, J. R. S. **Trabalho Intensificado nas Federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** São Paulo: Xama, 2009.

PARENT IN SCIENCE. PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DURANTE A PANDEMIA: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. Levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19, 2020.

SILVA, S.; MINTO, W. M.; LIMA, K. Particularidade Capitalista e Universidade Pública em Tempos de Contrarrevolução Neoliberal. In: Ramos, A. *et al.* (Orgs.) **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 83-100.

SOLDATELLI, R. **Processo de adoecimento de professores amplia durante pandemia. Esquerda Marxista**. Corrente Marxista Internacional, 2020. Disponível em: https://www.marxismo.org.br/processo-de-adoecimento-de-professores-amplia-durante-pandemia/ . Acesso em: 10 de agosto de 2021.

XAVIER, D.B.G. Os sentidos do cuidado: análises sobre políticas sociais, gênero e a saúde do trabalhador na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: FREIRE, M.F.S.C, PASSOS, R.G. **Política Públicas, Gênero e Violência: contribuições para o Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2015.